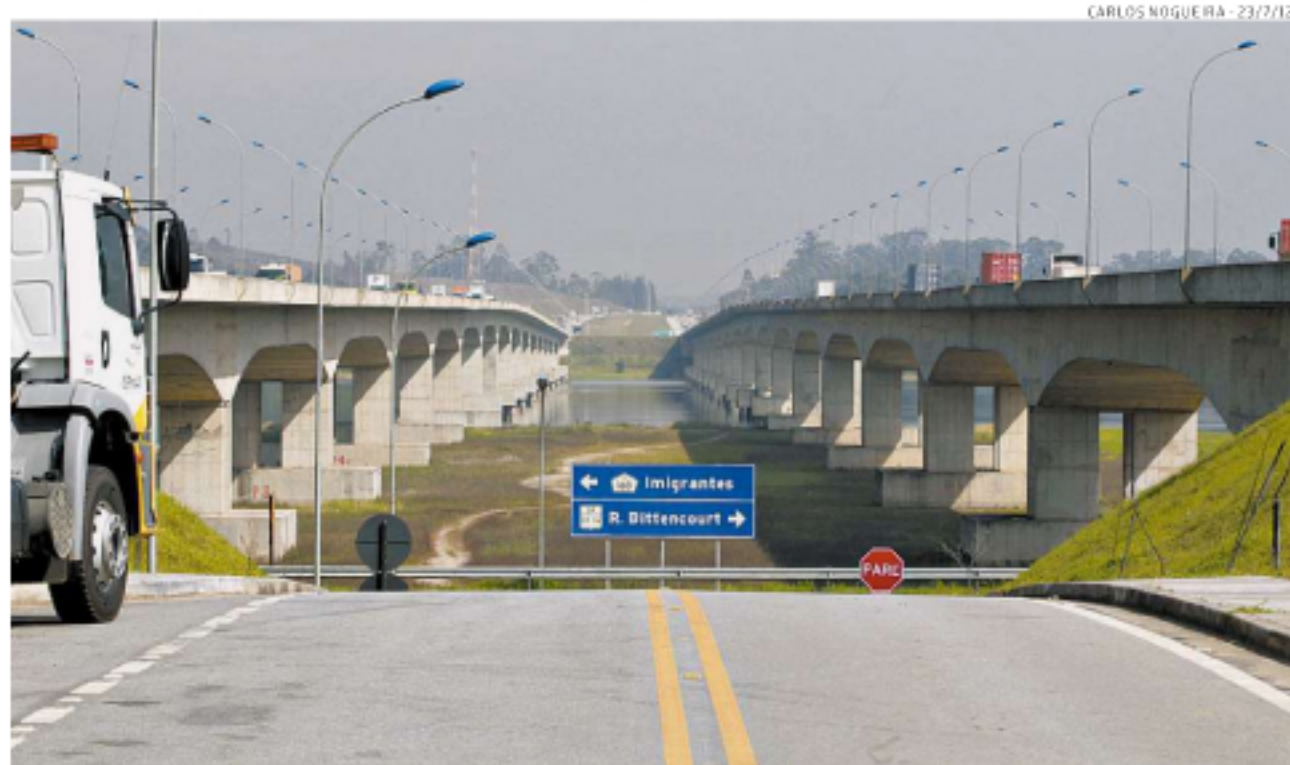




Souza é acusado de fraudar reassentamento de pessoas atingidas pelas obras do Trecho Sul do Rodoanel

MP abre ação contra ex-diretor da Dersa

DE SÃO PAULO

O Ministério Público Estadual (MPE) abriu uma ação penal na Justiça contra o ex-diretor de Engenharia da Desenvolvimento Rodoviário S/A (Dersa) Paulo Vieira de Souza, acusado de fraudar o processo de reassentamento de pessoas atingidas pelo Trecho Sul do Rodoanel para beneficiar três babás, duas empregadas domésticas e um funcionário que trabalhavam para sua família com a entrega de apartamentos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). O prejuízo causado foi de R\$ 374,9 mil, segundo a Promotoria. Conhecido como Paulo Preto, ele nega a acusação.

Segundo a denúncia, feita pelo promotor Cássio Conserino, o ex-diretor da Dersa ordenou que as seis pessoas fossem incluídas "indevidamente" no programa de reassentamento do Rodoanel Sul entre março de 2009 e abril de 2010, quando foi demitido da estatal. A fraude teria sido feita por meio de um cadastro fictício de mora-

dores supostamente atingidos pela obra elaborado por Mércia Ferreira Gomes, funcionária de uma empresa contratada pela Dersa para gerenciar o programa, e por determinação de José Geraldo Casas Vilela, funcionário da estatal até hoje.

Nenhum dos seis beneficiários, de acordo com o MPE, morava em área atingida pelo traçado do Rodoanel Sul. A denúncia inclui ainda Tatiana Arana de Souza Cremonini, uma das filhas de Souza, que teria orientado uma babá de seu filho a visitar uma unidade da CDHU em Mauá, na Grande São Paulo, que seria doada a ela.

Segundo o MPE, Mércia confirmou a fraude em delação premiada ainda não homologada pela Justiça e disse que fez a inclusão a mando de Souza.

Em nota, a Dersa explicou que "colaborou ativamente com as investigações" desde dezembro de 2014 e que, antes de a apuração ingressar na esfera criminal, "já havia tomado a iniciativa de apurar o caso. E ressaltou já ter demitido funcioná-

rios envolvidos nas fraudes.

A defesa de Souza negou a acusação feita pelo MPE na ação penal. "O doutor Paulo Souza, quando foi ouvido no Ministério Público Estadual, prestou todos os esclarecimentos devidos e comprovou a lisura dos seus atos enquanto esteve à frente da diretoria da Dersa. Vamos apresentar a defesa demonstrando a sua inocência", afirmou o advogado José Luis Oliveira Lima, que defende Souza e sua filha no processo. (Estadão Conteúdo)